



FILIADO À **FASUBRA**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

**GESTÃO**  
**2022 - 2025**  
**14/08/2024**  
**28/2024**

# Reitor da Unicamp estoca o nosso dinheiro

Sexta-feira (16), às 12h, tem Assembleia Geral na Praça da Paz



*Enquanto USP e Unesp avançam na pauta interna, temos que pressionar o reitor a abrir diálogo*

Nesta sexta-feira (16) nós temos uma Assembleia Geral marcada para às 12h, na Praça da Paz!

O STU está convocando você para comparecer e retomar a discussão da nossa Pauta Específica 2024.

A USP e a UNESP estão em negociação com seus reitores e já avançaram em diversas conquistas.

Na USP houve o aumento no auxílio saúde e a diminuição do desconto do Vale Refeição (VR). Enquanto na Unesp teve o reajuste do Vale Alimentação (VA), reivindicação de Vale Refeição (VR), redução de jornada para responsáveis por pessoas com deficiência e a possibilidade de prorrogação da licença-paternidade.

A greve dos/as servidores/as da Unesp está ampliando, vários campi do Sintunesp estão paralisados em prol da carreira, reajuste e bonificações.

Estamos entrando no 2º semestre e até agora Tom Zé não nos recebeu, não respondeu nossos ofícios e tem ignorado nosso chamado para abrir negociação sobre as nossas reivindicações.

Precisamos nos mobilizar para avançar na Pauta Específica, acompanhando o movimento dos/as colegas

das outras universidades.

## **Unicamp estoca dinheiro e não valoriza trabalhadores/as**

O ICMS (imposto do qual derivam os recursos para as universidades estaduais) de julho/2024 teve um crescimento de 20,88% comparado com o mesmo mês de 2023.

A Reitoria da Unicamp já admitiu no último Consu, de 06/08, uma arrecadação superior a R\$ 160 bilhões, bem acima da projeção da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que é R\$ 154 bilhões.

E o que isso quer dizer?

Que a Universidade continua enchendo o cofre de dinheiro às custas dos/as trabalhadores/as que continuam se endividando, e se sufocando pela falta de valorização do Tom Zé!

Até agora o Cruesp não sinalizou retomar a discussão, mesmo sabendo

do crescimento da arrecadação.

O Fórum das Seis reiterou o pedido de reunião técnica com o Cruesp e reunião de negociação com os reitores, já que o reajuste necessário para recuperar nossas perdas salariais relativas a maio/2012 é de 12,50%.

## **Queremos isonomia**

Vamos continuar lutando pela isonomia com a USP, pelo abono de R\$ 10 mil, e o auxílio saúde (de R\$ 207,18 a R\$ 1.241,18 para titulares e dependentes), pois está nítido que a Unicamp tem dinheiro, falta vontade política do Tom Zé pra valorizar os/as trabalhadores/as.

Essa assembleia é importante também porque neste ano entraram pontos novos na nossa pauta, como a questão dos/as profissionais da comunicação, as propostas dos coletivos anticapacitistas na luta pelas cotas PcDs, da comunidade LGBTQIAPN+, as reivindicações das professoras DEdIC, da Área da Saúde e dos/as aposentados/as que nunca fugiram da luta.

Vale lembrar que a maior parte da nossa Pauta Específica não depende de recursos financeiros e, mesmo assim, Tom Zé se recusa a negociar.

Diante deste cenário devemos aumentar a nossa mobilização e convidar nossos/as colegas para participarem da **Assembleia Geral nesta sexta (16), às 12h, na Praça da Paz.**

Venha discutir as ações necessárias para garantir a negociação da nossa pauta.

## **Categoria reivindicou e a reitoria atendeu!**

Atendendo à solicitação da nossa categoria na Pauta Específica 2024, o crédito da primeira parcela do décimo terceiro salário será antecipado para 23/08.

Segundo a DGRH, o pagamento da segunda parcela está previsto para 13/12.

# Vitória para a educação democrática e inclusiva

## Justiça de SP suspende o projeto Escola Cívico-Militar do governador Tarcísio

A recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) de suspender o programa de Escola Cívico-Militar, iniciativa controversa do governador bolsonarista Tarcísio de Freitas, é uma vitória importante para quem defende uma educação democrática e inclusiva no Brasil.

A medida atendeu a um recurso do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp).

Essa decisão é um passo significativo para manter o sistema educacional brasileiro fiel aos princípios democráticos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O programa, criticado por educadores/as, trabalhadores/as da educação e estudantes, propunha a participação de policiais militares na gestão escolar, o que gerou sérias preocupações sobre a valorização dos profissionais da educação, a autonomia pedagógica e o papel das escolas como espaços de formação crítica e cidadã.

A proposta de militarização das escolas impõe uma lógica de disciplina rígida e controle que não se alinha à formação integral dos alunos sem interferências autoritárias.

Além disso, não há evidências científicas que comprovem a eficácia desse modelo. Políticas educacionais devem ser baseadas em dados concretos e avaliações rigorosas, não em suposições ou agendas políticas autoritárias.

A Advocacia-Geral da União (AGU) já havia se manifestado contra o programa, destacando sua inconstitucionalidade e apontando que a legislação federal não prevê a militarização da educação básica.

A Procuradoria-Geral da República também criticou o projeto, mencionando a falta de qualificação pedagógica dos/as militares envolvidos/as e o desvio de função policial.

Agora, o caso está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF), e a expectativa é que a Corte acompanhe a

decisão do TJ/SP, declarando a inconstitucionalidade do programa.

### Entidades se unem contra o modelo militar

O STU manifestou apoio à decisão do TJ/SP, que protege os princípios da educação pública, democrática e inclusiva, respondendo ao desejo da comunidade escolar, contrária ao modelo cívico-militar.

Para a coordenadora geral do sindicato, Elisiene Lobo, "Essa decisão da justiça reforça a necessidade de defender um modelo educacional que respeite a diversidade de pensamento e prepare os estudantes para serem cidadãos plenos, com capacidade de questionar e transformar a realidade em que vivem."

Para a coordenadora, a educação não pode ser reduzida a um espaço de controle e repressão, mas deve ser um ambiente democrático de pensamento livre, criatividade e construção coletiva do saber.

Para barrar qualquer abordagem



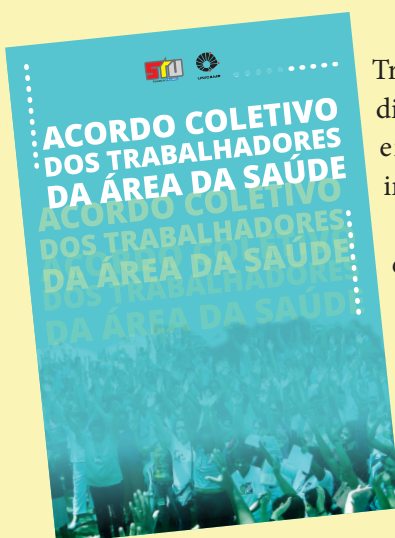
autoritária que tente restringir a liberdade de ensino e o desenvolvimento crítico e criativo dos/as professores/as e estudantes, acontecerá em todas as capitais o *"Ato Nacional do Dia do Estudante: Em Defesa da Educação, contra a Militarização e Privatização das Escolas e pela Revogação do NEM (Novo Ensino Médio)"*.

O ato acontece hoje (14), a partir das 8h, na Av. Paulista, em São Paulo, com a presença de várias entidades, incluindo o DCE da Unicamp.

Agora, mais do que nunca, é essencial que a sociedade civil se mantenha vigilante e engajada na defesa dos princípios democráticos que devem guiar a educação no Brasil.

Não à escola quartel!

### CARTILHA ELABORADA PELO STU REGISTRA OS DIREITOS CONQUISTADOS PELOS/AS TRABALHADORES/AS DA SAÚDE



A Cartilha do Acordo Coletivo dos/as Trabalhadores/as da Área da Saúde já está disponível no site do STU [[www.stu.org.br](http://www.stu.org.br)] e, em breve, será distribuída em formato impresso.

Renovado em abril deste ano, o acordo entre o STU e a reitoria regulamenta as condições de trabalho dos/as servidores/as do Complexo Hospitalar da Universidade.

Este documento é essencial, pois estabelece normas, direitos e deveres dos profissionais da saúde na Unicamp. Tanto que o documento tem força de lei e é fiscalizado pelo MPT (Ministério Público

do Trabalho), mediador das negociações.

Um dos principais avanços foi a inclusão da possibilidade de novas discussões durante a vigência do acordo, sem a necessidade de esperar pela renovação bienal.



## Defesa da autonomia universitária, do financiamento e dos salários requer postura democrática do Cruesp: Fórum reforça necessidade de reuniões técnicas e de negociação

*Ataques do governo Tarcísio à educação ligam sinal de alerta: militarismo, privatização, corte de recursos, precarização no Centro Paula Souza. Próximos meses serão de luta também por financiamento adequado para Unesp, Unicamp e USP nas negociações que envolvem a reforma tributária*

**R**eunidas em 7/8/2024, as entidades que compõem o Fórum das Seis discutiram o cenário político e econômico deste início de semestre. Como havia sido sinalizado ao final de junho, as assembleias de base concordaram com a necessidade de ampliar a mobilização a partir de agosto, não só pela reabertura das negociações com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), mas também para impedir os crescentes ataques do governo Tarcísio de Freitas à educação, ao funcionalismo e aos serviços públicos.

Em relação ao cenário econômico, apesar das negativas do Cruesp se basearem na crença de que não há “fato novo” que demande a reabertura das negociações, a realidade é outra. A arrecadação do ICMS, imposto do qual derivam os recursos para as universidades estaduais, vem superando significativamente a previsão feita pela Secretaria da Fazenda do Estado para 2024. De janeiro a junho/2024, a arrecadação superou em 13,7% igual período de 2023. Embora ainda não definitivos, os números de julho/2024 apontam para mais de R\$ 14 bilhões, maior arrecadação mensal de 2024 até este momento. Com isso, a previsão oficial de R\$ 154 bilhões para 2024, que embasou a montagem da peça orçamentária para este ano, será superada e deve ultrapassar os R\$ 160 bi, podendo alcançar números bem maiores. Na única negociação realizada na data-base deste ano, em 16/5, os números previstos eram outros.

É preciso uma postura democrática, de fato, por parte dos reitores. Por que não debater com as entidades o novo cenário da arrecadação? Nem mesmo o compromisso de agendamento de reunião mensal entre as equipes técnicas (assumido pelo Cruesp em 2023 e reiterado durante a negociação de 16/5/2024) vem sendo cumprido. Trata-se de uma postura no mínimo desrespeitosa com as categorias e suas entidades representativas.



A reunião do Fórum das Seis, em 7 de agosto

tudantil e de melhorias nas condições de trabalho e estudo.

### Autonomia e financiamento em risco

O governo Tarcísio tem defendido uma pesada bateria de ataques contra a educação, a ciência e o conjunto dos serviços públicos. Entre eles, estão: a aprovação pela Assembleia Legislativa da criação das escolas cívico-militares (*NR: a implantação está suspensa após liminar concedida pelo TJ-SP à Apeoesp, em 6/8*) e da privatização da gestão de escolas estaduais (*o processo está em andamento, inicialmente com 33 unidades*); o ataque à Fapesp (*a LDO/2025 foi aprovada na Alesp com a possibilidade de corte de até 30% do orçamento da agência no ano que vem*); a tramitação da PEC 9 (*que prevê a redução do financiamento da educação pública paulista de 30% para 25% dos recursos do Estado*); a privatização de órgãos públicos, como a Sabesp (*já aprovada*), o Metrô e a CPTM; a reforma administrativa; entre outros.

É com esse governo que deverá ser negociada a definição de um novo parâmetro de financiamento para as universidades estaduais paulistas em meio a reforma tributária em curso. Um governo que já deu sinais claros de descontentamento com a autonomia universitária e com a destinação de um percentual fixo do ICMS para Unesp, Unicamp e USP.

Ao se negarem a dialogar com o Fórum também sobre esse tema, os reitores parecem minimizar os riscos e, com isso, facilitar a provável ofensiva do governo Tarcísio.

### F6 prepara novo debate para setembro: “Autonomia e financiamento”

A autonomia universitária, que teve início em 1989, após uma forte greve nas universidades em 1988, completa 35

### Já tivemos reajustes no 2º semestre

Quando se fala em reajuste no segundo semestre, muitos acreditam ser algo nunca ocorrido. Mas não é assim. Em 1991, quando foi celebrado um acordo formal entre as entidades sindicais e o recém-criado Cruesp, ficou estabelecido que a data-base anual seria em maio e que sempre deveria haver uma nova negociação no segundo semestre.

Concretamente, tivemos um novo reajuste após a data-base nos anos de:

- ➔ **2000:** 24,52% (11,25% em maio + 6,7% em out. + 4,9% em jan/2001)
- ➔ **2004:** 7,05% (2% em maio + 2,14% em ago.)
- ➔ **2005:** 7,94% (4% em maio + 3,79% em out.)
- ➔ **2006:** 2,54% (0,75% em maio + 1,79% em nov.)
- ➔ **2007:** 4,87% (3,37% em maio + 1,5% em nov.)
- ➔ **2014:** 5,2% (2,57% em set. + 2,57% em dez.) + abono de 28,6% para compensar retroatividade a maio.
- ➔ **2015:** 7,21% (4% em maio e 3,09% em out.)

### Ainda faltam 12,52% para recuperar 2012

Além das perdas salariais (ainda falta um reajuste de 12,52% para voltarmos ao poder aquisitivo de maio/2012), é preciso que os reitores discutam com o Fórum das Seis os demais pontos da **Pauta Unificada 2024**. A negativa em fazê-lo contribui para aumentar a constatação de que as universidades querem seguir ampliando suas reservas à custa de arrocho salarial e omissão frente às crescentes demandas da permanência es-

anos em 2024. E é neste momento que, sob a pressão das mudanças que virão com a reforma tributária, temos que ampliar nossa mobilização para defender o financiamento adequado e a autonomia.

Após a realização do primeiro de-

bate em Bauru, em 25/6/2024, sobre reforma tributária e financiamento das universidades, o Fórum das Seis prepara uma nova atividade para setembro, desta vez em São Paulo. O objetivo é aprofundar a discussão sobre o tema. Fique de olho na divulgação.



**Ainda não assistiu o debate de Bauru?**

A gravação está em

<https://tinyurl.com/debateF6>

## Entidades estudantis convocam ato contra a militarização e a privatização das escolas e pela revogação do NEM. Fórum apoia

As entidades estudantis que integram o Fórum das Seis fazem parte da organização de um ato em 14/8, quarta-feira, na Avenida Paulista (vão livre do MASP), em São Paulo, a partir das 8h. A data se relaciona com o Dia do Estudante (11/8), que este ano cai num domingo.

O eixo do ato é o protesto contra a militarização e privatizações das escolas no estado de São Paulo, política que vem sendo implementada pelo governo Tarcísio. Também estão em pauta a luta pela revogação total do Novo Ensino Médio (NEM) e contra o congelamento de recursos para a educação e a saúde no âmbito do arcabouço fiscal adotado pelo governo federal (R\$ 1,3 bilhão na educação e R\$ 4,4 bilhões na saúde, num total de R\$ 15 bilhões congelados entre todas as pastas).

O Fórum das Seis apoia a atividade e convida à participação.



## Servidoras e servidores técnico-administrativos em greve na Unesp: Fórum apoia luta pela equiparação

O Fórum das Seis manifesta integral apoio e solidariedade aos/as servidores/as técnico-administrativos/as da Unesp, em greve por tempo indeterminado desde 5 de agosto de 2024.

A principal reivindicação é a equiparação salarial da categoria com os colegas da USP. Embora realizem o mesmo trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras da Unesp ganham menos.

Enquanto a isonomia salarial é garantida para a categoria docente, o que é justo, o mesmo não acontece com o segmento técnico-administrativo. A gestão do reitor Pasqual Barretti montou, em 2022, uma comissão entre reitoria e sindicato para estudar e construir propostas com vistas à equiparação salarial dos técnico-administrativos da Unesp com os das universidades irmãs, o que trouxe alguns avanços, como a concessão de duas referências após uma forte greve em agosto de 2023, e de uma referência em 2024. No entanto, o cenário econômico, com sucessivas altas na arrecadação do ICMS neste ano, mostra que é possível e necessário ir além.

O Fórum das Seis insta a reitoria da Unesp a avançar na equiparação e definir um plano para concluí-la. A Universidade tem condições



*Servidoras e servidores do campus da Unesp em Araraquara*

financeiras para tanto, inclusive por haver construído sólidas reservas a partir, também, das perdas salariais de seus servidores técnico-administrativos e docentes dos últimos anos, da ausência de contratações, da defasagem com os/as técnico-administrativos/as da USP.

**TODO APOIO AO MOVIMENTO! IGUAL TRABALHO, IGUAL SALÁRIO!**

**Greve nas ETECs e FATECs em agosto/23. Demandas seguem na ordem do dia e motivam nova paralisação agora**

## Comunidade das ETECs e FATECs paralisará em 15/8: Fórum apoia luta contra o desmonte do Centro Paula Souza

Os/as professores/as e funcionários/as das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) preparam uma greve de 24h para o dia 15 de agosto. O protesto, organizado pelo Sinteps, entidade que integra o Fórum das Seis, é parte da reação contra a política de desmonte do Centro Paula Souza (Ceeteps), autarquia que administra as ETECs e FATECs.

O Fórum das Seis apoia as reivindicações da categoria, entre elas o reajuste salarial, a revisão da carreira implantada em 2014 e o pagamento do Bônus Resultado (valor que o governo paga anualmente aos trabalhadores da Educação, mas não anunciado ao Ceeteps até agora).

Os/as trabalhadores/as do Centro também denunciam o fechamento de cursos e de vagas públicas, quase sempre em prejuízo das famílias, professores e alunos, ao mesmo tempo em que o governador Tarcísio e o secretário da Educação Renato Feder criam 100 mil vagas de ensino técnico na rede estadual, com contratações precárias de docentes, baixíssimo investimento e ausência de infraestrutura.

Eles também reivindicam mais recursos para o Centro Paula Souza, lembrando que, embora estejamos no estado mais rico do país, o governo ignora a situação precária de funcionamento em muitas unidades, que sofrem com a falta de infraestrutura física e laboratorial adequada, com a desvalorização dramática dos salários e das condições de trabalho.

O Fórum das Seis insta a Superintendência do Centro, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e ex-reitor da USP, Vahan Agopyan, e o Governador Tarcísio de Freitas, que abram negociações com o sindicato da categoria.

